

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2013

Senhores Acionistas,
A Diretoria da MGI - Minas Gerais Participações S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e deliberação de V.S.s. o Relatório da Administração que destaca as principais ações desenvolvidas pela Empresa, as Demonstrações Contábeis Consolidadas acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, às quais se incorporam ainda o Parecer dos Auditores Independentes, bem como o do Conselho Fiscal, referentes à situação patrimonial e financeira da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas de forma comparativa com o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

1. RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS
A Companhia apurou, no exercício de 2013, lucro líquido de R\$37.814, inferior em 19,73% ao apurado em igual período de 2012, que foi da ordem de R\$47.111.

A receita operacional líquida no exercício de 2013 alcançou R\$150.380, apresentando um aumento de 48,57% em relação ao exercício de 2012, quando atingiu R\$101.221. Esta receita operacional foi gerada unicamente pela controladora, uma vez que sua subsidiária auferiu apenas receitas financeiras no exercício.

As variações monetárias ativas provenientes dos direitos de crédito autônomos totalizaram R\$120.339 em 2013 (R\$53.654 em 2012), o que corresponde a 80,02% da receita operacional líquida do exercício.

As receitas de investimentos provenientes das participações acionárias da MGI em empresas situadas no território mineiro foram da ordem de R\$18.238 em 2013 (R\$34.189 em 2012). A equivalência patrimonial apresentou resultado negativo de R\$825 nas demonstrações consolidadas, frente ao resultado negativo de R\$750 em 2012. Ao analisar as demonstrações individuais da controladora, entretanto, verifica-se um resultado positivo de R\$11.403. Isto porque o resultado negativo apurado em 2013 foi devido ao investimento na coligada Helibrás, enquanto a equivalência patrimonial relativa à subsidiária EMIP foi de R\$12.228.

A receita de prestação de serviços proporcionada pelos contratos celebrados com a Secretaria de Estado de Fazenda - SEF para a administração dos ativos da extinta MINASCAIXA e dos bancos privatizados Bemge e Credireal, com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG e com a Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, ambos para alienação de imóveis foi da ordem de R\$3.088 (R\$4.441 em 2012). O decréscimo de 30% é decorrente da redução do valor do contrato celebrado com a SEF.

As receitas provenientes da recuperação de créditos das carteiras Bemge e Credireal totalizaram R\$10.599 em 2013 ante R\$12.227 em 2012. A redução de 13% decorre da morosidade e imprevisibilidade dos atos jurídicos que cercam os processos de cobrança dos créditos, dos entraves e obstáculos utilizados pelos devedores, aliado ainda à temporalidade em que os empréstimos foram concedidos, e em grande parte, com devedores que atualmente apresentam baixas ou nenhuma capacidade de pagamento, corroborado também por garantias frágeis e de difícil realização.

Já as receitas financeiras apresentaram um acréscimo de 300,54% (R\$41.163 em 2013 e R\$10.277 em 2012). Essas receitas são compostas predominantemente por rendimentos de aplicações financeiras junto a bancos públicos e privados de primeira linha, em fundo de investimentos conservadores e em títulos de renda fixa (CDB), lastreados por mais de 80% de títulos federais a uma rentabilidade média de 98% da taxa CDI. Do total de receitas financeiras, 45,01% foram auferidas pela subsidiária EMIP. Os custos dos serviços prestados aumentaram 188,31% (R\$138.592 em 2013; R\$48.070 em 2012), passando a representar 92,16% da receita líquida. Este acréscimo se deve à correção monetária das debêntures sêniores e subordinadas, que foi da ordem de R\$129.053 em 2013, representando 93,12% do custo operacional total.

O retorno sobre o patrimônio líquido médio foi de 13% no exercício de 2013 (17% em 2012). Esta redução na rentabilidade do

patrimônio líquido foi ocasionada pelo aumento dos custos relacionados à atividade "debêntures", ocasionando consequentemente um decréscimo do lucro líquido. Já o patrimônio líquido aumentou 1,71%, passando de R\$278.391 em 31 de dezembro de 2012 para R\$283.144 em 31 de dezembro de 2013, principalmente, pelo aumento de capital realizado pelo acionista controlador, Estado de Minas Gerais.

2. GESTÃO EMPRESARIAL
2.1. Gestão de ativos

Em cumprimento ao contrato celebrado com a Secretaria de Estado de Fazenda para administração dos ativos da MinasCaixa, Bemge e Credireal, pertencentes ao Estado de Minas Gerais, foram alienados 25 imóveis (18 em 2012) e concluídas 60 negociações de operações de créditos (84 em 2012), apurando-se o montante de R\$5.104 (R\$9.438 em 2012). No período, foram liberadas 271 hipotecas (102 em 2012).

2.2. Recursos Humanos

A Empresa vem adotando, semestralmente, sistema de Avaliação de Desempenho com a finalidade de avaliar os níveis organizacionais e de promover o desenvolvimento dos empregados. Com o objetivo de constante capacitação dos empregados, no ano de 2013 a MGI investiu em 04 treinamentos externos, contando com a participação total de 06 funcionários. Em conformidade com o Decreto Estadual nº 43.885 de 04/10/2004, a MGI mantém instalada uma Comissão de Ética com o objetivo de orientar e aconselhar os seus funcionários e administradores, no relacionamento com as pessoas e com o patrimônio da Empresa.

Contribuindo para a política social, a MGI utiliza adolescentes para ocupar os postos de atendimentos inerentes às atividades internas, aplicando os dispositivos da Lei Federal nº 10.097/2000, no que tange à contratação de menor-aprendiz.

3. ACESSO À INFORMAÇÃO NA MGI

A Lei Federal nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação, regulamenta o direito fundamental de todo brasileiro acessar a informações, de interesse coletivo ou geral, produzidas, guardadas e organizadas pelo Poder Público em todos os níveis de governo - União, estados, municípios e Distrito Federal. Publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2011, a Lei, que entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012, estabelece procedimentos para que os órgãos públicos facilitem o acesso à informação pública sob sua guarda e respondam a pedidos de informações dos cidadãos. Foram criados mecanismos para garantir o acesso à informação pública e, por outro lado, estabelecidos critérios para proteção de informações pessoais e sigilosas que impliquem na segurança da Sociedade e do Estado. Mas a observância da publicidade como regra e do sigilo como exceção, a divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitações e a utilização dos meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação, estão entre as principais diretrizes da Lei.

Em 25 de maio de 2012 o Governo Mineiro publicou o Decreto Estadual nº 45.969, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela administração direta do Poder Executivo, suas autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias e empresas controladas direta ou indiretamente, como vistas a garantir o acesso à informação, nos termos da legislação estadual vigente e da Lei Federal nº 12.527/2011.

Na MGI, o acesso à informação é disponibilizado no site www.mgipart.com.br. Para facilitar o acesso e a compreensão pela sociedade, foram publicados os links "Debêntures, Concursos, Editais, Institucionais, Transparência e Conselho de Ética", de forma objetiva, linguagem acessível e agrupada no mesmo espaço, informações sobre a gestão administrativa, orçamentária e financeira, além dos resultados da atuação da Diretoria Executiva. Na mesma oportunidade, foi disponibilizado o menu "Fale Conosco" - onde já era possível requerer, sem necessidade de justificativa, dados da Companhia e da gestão de seus administradores.

4. DEBÊNTURES

A Lei nº 19.266, de 17 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 45.723, de 9 de setembro de 2011, ambos do Governo Mineiro, autorizaram o Poder Executivo e a Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) a

definir os procedimentos, dentre outros, ceder, a título oneroso, à MGI direitos creditórios originários de créditos tributários, objeto de parcelamentos administrativos, referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Em contrato firmado entre o Estado (SEF) e a MGI em 24 de julho de 2012, foram adquiridos por Cessão de Direitos de Crédito Autônomo de ICMS ao custo total de R\$1.819.000.

Para pagamento do contrato dos créditos adquiridos, em 31 de agosto de 2012 a Companhia emitiu 181.900 debêntures subordinadas-2ª emissão no valor total de R\$1.819.000, com vencimento em dez anos, atualizadas por 85% da taxa DI, com a sua totalidade inscrita pelo Estado (SEF), liquidando assim os direitos de créditos autônomos cedidos a Companhia.

Em 10 de setembro de 2012, foram inscritas e integradas 31.600 debêntures simples-3ª emissão, não conversíveis em ações, remuneradas pela taxa DI + 3,25% a.a., com pagamento mensal dos juros a partir de 30/09/2012, com carência de seis meses para início das amortizações mensais em 54 (cinquenta e quatro) parcelas, com garantia real representada pelos direitos de créditos autônomos.

Os recursos captados junto ao sistema financeiro, após a dedução dos custos operacionais, foram utilizados para a amortização parcial das debêntures subordinadas - 2ª emissão.

No exercício de 2013, a MGI pagou aos debenturistas o montante de R\$111.425 a título de amortização e juros remuneratórios da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações, Série Única, emitidas em 30 de agosto de 2012.

5. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE

A MGI, na condição de Companhia de capital aberto, se sujeita à fiscalização exercida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA, na condição de emissora de valores mobiliários - Categoria "B"

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto resultado por lote de mil ações)

	Nota	Controladora		Conso-
		2013	2012	olidado 2013
Receita	19	150.380	101.221	150.380
Custos	20	(138.592)	(48.070)	(138.592)
Lucro bruto		11.788	53.151	11.788
Despesas administrativas		(5.467)	(4.918)	(5.479)
Outras receitas (despesas)		17	4	17
Resultado de equivalência patrimonial	11	11.403	(750)	(825)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		17.741	47.487	5.501
líquidas e impostos				
Receitas financeiras	21	22.637	10.277	41.163
Despesas financeiras	21	(230)	(212)	(235)
Receitas financeiras, líquidas	21	22.407	10.065	40.928
Resultado antes dos impostos	16	40.148	57.552	46.429
Impostos de renda		(1.707)	(7.668)	(6.322)
Contribuição social		(627)	(2.775)	(2.293)
Resultado do exercício		(2.334)	(10.441)	(8.615)
Resultado p/ lote de mil ações (básico e diluído em R\$)		62,60	321,73	62,60

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Conso-
		2013	2012	olidado 2013
Resultado do exercício		37.814	47.111	37.814
Outros resultados abrangentes				
Varição no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	12.a	(17.469)	(32.737)	(17.469)
Participação no resultado abrangente de coligada		(9.721)	(1.906)	(9.721)
Resultado abrangente total		(27.190)	(34.643)	(27.190)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes		5.939	11.131	5.939
Resultado abrangente total		16.563	23.599	16.563

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos valores adicionados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Conso-
	2013	2012	olidado 2013
Receitas de serviços	3.088	4.440	3.088
Receitas de recuperação de créditos	10.599	12.227	10.599
Receita de atualização de crédito	120.339	53.654	120.339
Outras receitas	17	34	17
Receitas	134.043	70.355	134.043
Custos processuais	(407)	(390)	(407)
Serviços tomados de terceiros	(1.383)	(1.733)	(1.383)
Despesas administrativas	(1.637)	(1.286)	(1.649)
Insumos adquiridos de terceiros	(3.427)	(3.409)	(3.439)
Valor adicionado bruto	130.616	66.946	130.604
Depreciação e amortização	(54)	(61)	(54)
Valor adicionado líquido	130.562	66.885	130.550
Resultado de equivalência patrimonial	11.403	(750)	(825)
Receitas de participações acionárias	18.238	34.167	18.238
Receitas financeiras	22.637	10.277	41.163
Valor adicionado total a distribuir	182.840	110.579	189.126
Remuneração direta	3.422	3.519	3.422
Benefícios	546	588	546
FGTS	308	284	308
Pessoal	4.276	4.391	4.276
Remuneração direta	1.077	889	1.077
FGTS	57	45	57
Diretoria e conselhos	1.134	934	1.134
Federais	5.241	14.646	11.522
Estaduais	3	3	3
Municipais	173	241	173
Impostos, taxas e contribuições	5.417	14.890	11.698
Obrigação por repasse	2.013	1.815	2.013
Despesa financeira	129.283	40.154	129.288
Custo da transação Debêntures	2.861	1.247	2.861
Aluguéis	42	37	42
Remuneração de capitais de terceiros	134.199	43.253	134.204
Juros sobre o capital próprio	9.304	9.795	9.304
Dividendos	14.000	15.202	14.000
Reservas legal	1.891	2.355	1.891
Retenção de lucros	12.619	19.759	12.619
Remuneração de capitais próprios	37.814	47.111	37.814
Distribuição do valor adicionado	182.840	110.579	189.126

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Debêntures Simples Não conversíveis em Ações), em termos da Instrução CVM nº 400/2009, devendo divulgar informações societárias de forma coerente com as melhores práticas de governança corporativa, visando à transparência e à equidade no relacionamento com os investidores e o mercado, bem como minimizar eventuais desvios.

Na MGI, a política de divulgação de informação e manutenção de sigilo por potenciais ou efetivos detentores de informação relevante, nos termos da Instrução MGI nº 358, de 03 de janeiro de 2002, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23/05/2012.

As âncoras para a divulgação de informações estão representadas pelo "Sistema de Informações Periódicas e Eventuais - IPE" e pelo Programa "Empresa Net", ambos da CVM.

Em atendimento à Instrução CVM nº 547 de 05 de fevereiro de 2014 a Companhia também divulga seus fatos relevantes no Diário Oficial do Estado e jornal de grande circulação editado em Belo Horizonte/MG e ainda no Portal de notícias com página na rede mundial de computadores, no endereço eletrônico www.mgipart.com.br.

6. AUDITORIA INDEPENDENTE

A Administração cumpre esclarecer que a prestação de serviços por auditores independentes restringe-se exclusivamente à auditoria das demonstrações financeiras, não havendo a prestação de outros serviços.

7. AGRADECIMENTOS

A Administração da MGI considera cumpridas as principais ações e metas propostas para o exercício de 2013, e agradece o apoio e a orientação recebidos da Secretaria de Estado de Fazenda, da Advocacia Geral do Estado, dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como destaca a competência e o profissionalismo de seus empregados e colaboradores, responsáveis pela consecução dos objetivos atingidos.

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2013.
A Administração.

Demonstrações dos fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Conso-
		2013	2012	olidado 2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do Exercício		37.814	47.111	37.814
Ajustes para:				
Depreciação e amortização		54	61	54
Despesa com provisão férias, 13º sal. e encargos		494	494	494
Baixa de ativo imobilizado		-	6	-
Provisão para contingências		-	1.179	-
Resultado de equivalência patrimonial	11	(11.403)	750	825
Receita de participações acionárias não recebidas		-	(30.533)	-
Atualização de títulos e valores mobiliários		(1.884)	(671)	(1.884)
Custo de transação a amortizar	14	2.861	1.247	2.861
Variação monetária líquida		8.273	(13.444)	8.273
Variação líquida		36.209	6.200	48.437

(Aumento)/Diminuição de contas a receber (exceto direito de créditos autônomos, juros sobre o capital próprio e dividendos)

	618	2.220	618
(Aumento)/Diminuição de tributos a recuperar	8	(4.274)	4.829
(Aumento)/Diminuição de depósitos judiciais		2.805	(1.192)
(Aumento)/Diminuição de títulos e valores mobiliários		(24.701)	(91.305)
(Aumento)/Diminuição de outras contas do ativo		(11.764)	-
Aumento/(Diminuição) de fornecedores		(89)	226
Aumento/(Diminuição) de salários e encargos sociais		(2)	19
Aumento/(Diminuição) de tributos a recolher		(3.202)	3.711
Aumento/(Diminuição) obrigações por repasses	15	13.172	(11.990)
Aumento/(Diminuição) de provisão para contingências		(1.833)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.334)	-
Imposto de renda na fonte sobre recebimentos		(5.504)	-
Obrigações por emissão de debêntures		-	1.122.040
Recebimentos de créditos autônomos		250.313	(1.013.062)
Caixa gerado nas atividades operacionais		249.414	21.696
Receita de participações acionária recebida		48.770	14.254
Dividendos recebidos de coligadas	11	-	1.828
Recebimento de títulos e valores mobiliários		-	2.960
Venda de ativo imobilizado	7	-	7
Aquisições imobilizado/intangível	(31)	(52)	(31)
Investimento em controlada		-	-
Fluxo de caixa decorrente investimento		48.746	18.990
Distribuição dividendos e juros sobre o capital próprio	18	(23.304)	(24.997)
Recebimentos de debêntures sênior	14	-	316.000
Juros pagos sobre debêntures		-	-
Subordinadas	14	(63.171)	-
Juros pagos sobre debêntures Sêniores	14	(30.799)	(10.433)
Amortização de debêntures		-	-
Subordinadas	14	(63.841)	(307.752)
Custo de transação a amortizar Sêniores	14	-	(7.048)
Amortização de debêntures Sênior	14	(80.626)	-
Integralização de capital		(2.759)	-
Caixa proveniente de (usado em) atividades de financiamento		(264.500)	(34.230)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		33.660	6.456
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		113.589	79.929
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		79.929	73.473

(Aumento)/Diminuição de tributos a recolher

(Aumento)/Diminuição de títulos e valores mobiliários

(Aumento)/Diminuição de outras contas do ativo

Aumento/(Diminuição) de fornecedores

Aumento/(Diminuição) de salários e encargos sociais

</

NOTAS EXPLICATIVAS

1 Contexto operacional

A MGI – Minas Gerais Participações S.A. (“Companhia”) é uma pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital aberto, controlada pelo Estado de Minas Gerais (“EMG”), vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (“SEF”).

Os principais objetivos da Companhia são:

- a) Participar na formação acionária de empresas situadas no território mineiro, em fase de instalação, modernização ou expansão, que apresentem índices técnicos e econômico-financeiros satisfatórios, bem como participar de projetos de desenvolvimento regional de interesse público que, elaborados em conjunto com a Administração Pública do EMG, tenham por objetivo o desenvolvimento das atividades econômicas nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços no EMG;
- b) Promover associações de empresas, mesmo que delas não participe acionariamente, a fim de ampliar o parque industrial e agroindustrial mineiro;
- c) Prestar apoio técnico e de gestão administrativa na política de privatização do EMG, nos termos da legislação em vigor;
- d) Assessorar os dirigentes da SEF e colaborar com o Sistema Estadual de Finanças nos assuntos relacionados com as participações acionárias do EMG;
- e) Realizar operações de aquisição de créditos do EMG, conforme previsto em leis estaduais, e a captação de recursos com o objetivo de aquisição de tais créditos, por meio de operações de mercado de capitais, podendo prestar garantias reais para tanto;
- f) Prestar serviços de Administração de Ativos, por conta e ordem dos contratantes, em especial de órgãos, entidades e empresas integrantes da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo:
 - 1) alienação de bens, não de uso, observado o procedimento licitatório próprio, bem como a execução dos atos preparatórios respectivos, aplicáveis a estes;

g) administração de créditos, promovendo cobrança administrativa dos que integram carteira ativa e dos créditos em liquidação, realizar acordos e acompanhar a regularidade dos respectivos pagamentos, tudo em conformidade com as normas cabíveis e as orientações do contratante.

h) Criação e/ou participação em empresa destinada a fomentar a política estadual de concessões e de parcerias público-privadas, podendo, para tanto, contratar e assumir obrigações, inclusive de natureza financeira relacionada à contraprestações pecuniárias ou de quaisquer outras naturezas, e prestar garantias nos contratos das espécies;

i) Atuar como mandatária do Estado em contratos de concessões e de parcerias público-privadas;

j) Promover ações que visem ao desenvolvimento do Estado, em conjunto com os órgãos e entidades da administração pública estadual, por meio da realização de convênios ou outros instrumentos congêneres, com vistas à contratação, construção, ampliação, aquisição e cessão de bens móveis e/ou imóveis, bem como a realização e/ou contratação de projetos e pesquisas de interesse da administração pública estadual.

Constituição da EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A.

Em 16 de julho de 2013, a Companhia constituiu subsidiária integral denominada EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A. que possui como principais objetivos:

- a) titular, administrar e explorar os ativos integrantes de seu patrimônio;
- b) estruturar e implementar operações com vistas à captação de recursos financeiros;
- c) assumir obrigações e ser mandatária do Estado em relação com as PPP;
- d) elaborar estudos técnicos com vistas às concessões e parcerias público-privadas;
- e) auxiliar no desenvolvimento de projetos de infraestrutura podendo assumir obrigações;
- f) prestar garantias;
- g) celebrar contratos ou convênios de cooperação técnica com a administração direta e/ou terceiros;
- h) participar ou constituir fundos, sociedades, consórcios e outras formas de investimentos ou empreendimentos voltados para o Estado e
- i) qualquer tempo poderá receber ativos para a realização do seu objeto.

Aspectos operacionais

Por força de contrato celebrado com o EMG por meio da SEF, a Companhia realiza a prestação de serviços de administração de ativos reconhecidos pelo EMG em decorrência da extinção da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (“Minas caixa”) e, também, dos ativos adquiridos pelo EMG no processo de alienação do controle acionário do Banco do Estado de Minas Gerais (“Bemge”) e Banco de Crédito Real de Minas Gerais (“Credireal”). As receitas decorrentes da recuperação de operações de crédito (créditos em liquidação) adquiridos pela Companhia junto aos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal, mediante contrato de cessão de créditos, totalizam, nos períodos finais em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as importâncias de R\$ 10.599 e R\$12.227, respectivamente (veja nota 19).

Por força do contrato de cessão de créditos firmado entre a Companhia e o Bemge, 90% do resultado líquido positivo semestral da recuperação dos créditos é distribuído aos ex-acionistas do Bemge, conforme posição acionária em 29 de junho de 1998, dos quais o EMG possui 77,22% de participação.

Essas operações, por serem de difícil precificação e não acrescentarem nenhum valor ao preço de venda dos dois bancos, foram cedidas à Companhia por contrato. A cessão desses créditos teve como objetivo garantir a sua permanência em uma empresa sob controle acionário do EMG e, indiretamente, reduzir o custo do saneamento financeiro e patrimonial dos dois bancos estaduais, suportado pelo acionista controlador (EMG). O recebimento dessas operações não tem um comportamento uniforme e depende muito da evolução dos procedimentos jurídicos de cobrança de cada crédito, bem como da superação de entraves e obstáculos utilizados pelos devedores. A tendência de recuperação é declinante, pois são dívidas bem antigas, contraiadas, em grande parte, com devedores que atualmente apresentam baixa ou nenhuma capacidade de pagamento e suportadas geralmente por garantias frágeis e de difícil liquidação.

Conforme autorizado pela Lei Estadual nº 19.266, de 17 de dezembro de 2010, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, reconhecidos pelos respectivos contribuintes (“Contribuintes”), objeto de parcelamentos administrativos (“Parcelamentos”) referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS (“Créditos Tributários”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do EMG (“Direitos de Crédito Autônomos” – vide nota 7c).

A realização dos Direitos de Créditos Autônomos no valor de R\$ 883.089, em 31 de dezembro de 2013, objeto do Contrato de Cessão Onerosa, depende da efetivação do fluxo de recebimento previsto. Adicionalmente, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente poderão ter sua liquidez afetada caso haja o aumento da inadimplência (veja nota 7).

De forma a adquirir recursos para a aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos, a Companhia realizou a segunda Emissão de Debêntures Subordinadas no montante de R\$1.819.000 (“Debentures Subordinadas”), totalmente subscrita pelo EMG em pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos, e como forma de captação de recursos para amortizá-las, realizou a Terceira Emissão de Debentures Simples (“Debentures Seniores”) com terceiros, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em série única, no montante de R\$ 316.000 (vide nota 14), cujo recebimento integral foi utilizado para amortização das Debentures Subordinadas.

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de

acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), para o caso da Controladora, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 26 de março de 2014.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio do resultado, por participação em coligada mensurada pelo método de equivalência patrimonial, por ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo e por ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com o BR GAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 07 – Contas a receber de clientes e outros créditos
- Nota 10 – Depósitos judiciais e provisão para contingências
- Nota 12 – Outros investimentos
- Nota 14 – Debêntures
- Nota 15 – Obrigações por repasse

As informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 07 – Contas a receber de clientes e outros créditos
- Nota 10 – Depósitos judiciais e provisão para contingências
- Nota 12 – Outros investimentos
- Nota 14 – Debêntures
- Nota 15 – Obrigações por repasse

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Base de Consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atrelados a exercícios ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. Essas controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e da EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., subsidiária integral da MGI, conforme detalhado na nota explicativa 1.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram utilizadas as demonstrações financeiras individuais da subsidiária integral na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Controladora. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

b. Investimento em Coligada

Coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não o controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante da entidade. Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo.

c. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que ocorreram. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é desreconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos, títulos e valores mobiliários e outros investimentos.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão representados por títulos e valores mobiliários (veja nota 6).

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis estão representados por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e outros créditos (veja notas 5 e 7).

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de renda fixa e CDBs com rentabilidade diária e sem carência para resgate, os quais estão sujeitos a um risco insignificante

de alteração do valor e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de conversão de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. Os investimentos em títulos patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda na rubrica “outros investimentos” (veja nota 12, a).

ii. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou liquidada.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar, obrigações por repasse e debêntures.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii. Capital social

Ações ordinárias e preferências

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários. A companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios foram creditados durante o exercício de competência.

d. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos como outras receitas (despesas) no resultado.

ii. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual estimado.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e. Ativos intangíveis

i. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. Estes ativos estão representados por programas (softwares) não customizados adquiridos pela Companhia.

ii. Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

f. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e reconhecida no resultado.

A Companhia possui o seguinte ativo com ajuste ao valor recuperável: crédito junto a Góes Cohabita (operação de mútuo) decorrente de alienação de participação acionária no Banco Agrimisa (veja nota 7, d).

g. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

h. Receita operacional

i. Serviços

A receita de prestação de serviços de administração de ativos reconhecidos pelo EMG é reconhecida no resultado tendo como base o mês da prestação do serviço.

ii. Recuperação de créditos e Direito de Créditos Autônomos

As receitas de recuperação de créditos adquiridos pela Companhia junto aos bancos Bemge e Credireal, por se tratarem de créditos contingentes decorrentes de operações de crédito com qualidade deteriorada e, portanto desreconhecidos nas instituições financeiras de origem são reconhecidas somente no momento do efetivo recebimento financeiro.

Os Direitos de Créditos Autônomos são atualizados de acordo com as legislações e resoluções fiscais e correspondem a uma taxa entre Selic e 1% ao mês. Essa atualização é considerada parte da receita operacional da Companhia.

iii. Receitas de participações acionárias

As receitas de participações acionárias são representadas por dividendos e juros sobre o capital próprio decorrentes de investimentos registrados pelo valor justo ou custo histórico, quando aplicável. As distribuições de dividendos recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de atualização de créditos tributários, aplicações em fundos e CDBs e rendimentos de títulos e valores mobiliários. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com variações negativas de ativos financeiros, encargos financeiros incidentes sobre passivos e despesas bancárias diversas.

j. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais

para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente é reconhecida no resultado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, relacionados a ajustes de avaliação patrimonial de ativos mensurados pelo valor justo, são classificados como passivos fiscais diferidos, cuja variação encontra-se reconhecida em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

k. Informação por segmento

A Administração entende haver apenas um segmento operacional, identificado a partir da maneira pela qual os processos são organizados dentro da Companhia para a tomada de decisões operacionais e para a avaliação de desempenho. As informações financeiras são divulgadas da mesma maneira e baseadas nas mesmas políticas como são reportadas internamente e utilizadas pelo principal gestor ou grupo de pessoas que tomam decisões sobre os recursos a serem alocados e avaliam o seu desempenho.

l. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas.

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada:

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob o IFRS 9 (2009), ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9 (2010) introduz modificações adicionais em relação a passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionou novos requerimentos para endurecer a perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros e contabilidade de hedge. O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. O impacto da adoção do IFRS 9 (2010) ainda não foi avaliado pela Administração da Companhia. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

4 - Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas daquele ativo ou passivo.

a. Investimentos em instrumentos patrimoniais

O valor justo de instrumentos patrimoniais é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurados na data de apresentação das informações financeiras e se não há cotação de mercado, através de uma técnica de “valuation”. Técnicas de “valuation” aplicadas incluem múltiplos de mercado e fluxos de caixa descontados utilizando fluxos de caixa esperados e uma taxa de desconto de mercado (veja nota 23, o).

b. Direitos de Créditos Autônomos

Os valores justos no reconhecimento inicial dos Direitos de créditos autônomos são estimados usando fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustada ao risco com base na média ponderada das faixas de probabilidade do Grupo de resultados possíveis. O valor justo é determinado na data de reconhecimento inicial. Vide detalhes das premissas utilizadas na nota explicativa 23.m.

c. Debêntures Subordinadas

Para apuração do valor justo no reconhecimento inicial das Debentures Subordinadas, foram usadas as mesmas premissas utilizadas para trazer a valor justo do contrato de cessão de Direitos de Créditos Autônomos, tendo em vista que as Debentures Subordinadas foram emitidas, essencialmente, como mecanismo de retorno ao EMG dos excedentes financeiros oriundos do recebimento dos Direitos de Créditos Autônomos.

d. Debêntures Seniores

Em função do processo de coleta de propostas “bookbuilding” - cuja contratação ocorreu com partes não relacionadas, o montante de R\$316.000 foi considerado o valor justo no reconhecimento inicial das Debentures Seniores.

e. Opção de resgate antecipado

A Companhia tem uma opção de resgate antecipado das Debentures Subordinadas, que caso optasse por exercer consistiria no pagamento ao Debenturista Subordinado (EMG) um Prêmio correspondente à diferença entre os saldos dos Direitos de Créditos Autônomos e o saldo do valor das Debentures Subordinadas. Esta opção representa um derivativo embutido ao instrumento financeiro principal. A opção de resgate antecipado do contrato de dívida não está relacionada com o contrato principal, uma vez que o preço de exercício da opção não é aproximadamente igual em cada data de exercício ao custo amortizado do instrumento de dívida, principalmente em função dos seguintes aspectos:

- O preço de exercício da opção prevê explicitamente um prêmio acima do valor nominal da dívida;
- O custo amortizado da dívida é esperado ser menor do que o valor nominal dos Direitos de Créditos Autônomos em função da atualização ser de 85% da taxa livre de risco (“CDI”); e
- Uma vez que a opção de resgate envolve a entrega de direitos aos fluxos de caixa dos Direitos de Créditos Autônomos, o preço da opção está atrelado ao valor desses direitos.

A Companhia assumiu um passivo cujo vencimento será na data de 24 de Julho de 2022. Com base nestas características, a opção deve ser contabilizada separadamente como um derivativo embutido, com reconhecimento inicial pelo valor justo. Desta forma, como a mensuração do valor justo do instrumento financeiro é atrelada à probabilidade da Companhia exercer a opção, o valor justo no reconhecimento inicial se aproxima de zero.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	Consolidado
	31/12/2013	31/12/2013
Caixa e bancos	3	13
Aplicações financeiras	113.586	79.916
	113.589	79.929
		113.589

As aplicações financeiras da Companhia e de sua subsidiária são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários com desempenho próximo à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Os Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”) são remunerados a aproximadamente 100% do CDI, podendo ser resgatados a qualquer tempo.

6 Títulos e valores mobiliários

	Controladora	Consolidado
	31/1	

Os títulos e valores mobiliários da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento, e referem-se a: 54.914 debêntures de emissão da Belgo Mineira Participações Ind. Com. S.A. (incorporada pela ArcelorMittal) atualizadas por IGP-M, com pagamento de parcelas semestrais, cuja última parcela vencerá em 30 de dezembro de 2017.

Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Companhia é detentora de títulos de créditos (créditos em liquidação) adquiridos por valores simbólicos, dado que tais créditos se encontram totalmente provisionados nas respectivas instituições financeiras, portanto, reconhecidos com valores justos no momento inicial. A Companhia efetuou a cobrança, no exercício findo em 31 de dezembro de 1999, de dois títulos da empresa Mendes Júnior Siderurgia S.A., vencidos em julho de 1997 e em janeiro de 1998, cujos valores totalizavam R\$18.396 em 31 de dezembro de 1999. A Companhia Belgo Mineira Participações S.A., sucessora da Mendes Júnior e posteriormente incorporada pela Arcelor Mittal, concordou em pagar tais títulos através de emissão de 54.914 debêntures, não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$18.396, sujeitas à atualização monetária anual pela variação do IGP-M, amortizadas em 51 parcelas semestrais, cujo vencimento da primeira deuse em 30 de junho de 2002 e vencimento final em 28 anos contados a partir de 31 de dezembro de 1999.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o vencimento final foi repactuado para 17 anos, ou seja, 31 de dezembro de 2017.

A Companhia reconhece a receita correspondente aos valores negociados (R\$18.396) e o custo contábil, conforme o recebimento das parcelas semestrais e a atualização monetária pelo IGP-M em bases mensais.

b. 6.219 Títulos da Dívida Agrária - TDAE, recebidos em agosto/2010, por conta de liquidação de dívida, atualizados pela TR + 6% a.a., com resgate de juros em 1º de março de 2011 e resgate do principal e juros em quatro parcelas anuais a partir de 1º de março de 2012, com vencimento final em 1º de março de 2015.

c. Parte das aplicações financeiras e os saldos das contas correntes estão vinculados aos pagamentos das debêntures da segunda e terceira emissões. Tais contas foram abertas com finalidade de atender à estrutura da operação prevista nas escrituras das referidas emissões de modo que sejam satisfeitos os saldos mínimos das contas correntes, calculados estes pelo Agente Fiduciário da terceira emissão em função das cinco parcelas de amortização e remuneração vincendas em cada data de verificação, dosando assim a liberação de recursos recebimentos dos Direitos de Créditos Autônomos para uma conta de Livre Movimentação. Atendidos os saldos mínimos e demais garantias escriturais (Índice de Garantia e Índice de Cobertura - vide nota explicativa 14), o agente fiduciário da terceira emissão autoriza a liberação de recursos para a conta de Livre Movimentação na qual 90% de seu saldo serão compulsoriamente destinados ao pagamento de amortização e remuneração da segunda emissão de debêntures subordinadas.

Em razão do desenquadramento do Índice de Cobertura - IC e do Índice de Garantia Real - IGR, conforme detalhado na nota 14 - Debêntures, a Companhia reclassificou os valores mantidos em "conta garantia" - aplicações financeiras vinculadas - não circulante" para o subgrupo circulante.

d. Valor referente a aplicação financeira da subsidiária, vinculada ao pagamento das contraprestações em nome do Estado de Minas Gerais (EMG) e autorizado pela Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) de posse da Companhia.

	saldo em 31/12/2012	Movimentação	Atualização	Recebimentos	saldo em 31/12/2013
Circulante	369.683	253.525	23.018	(250.313)	395.913
Não Circulante	643.379	(253.525)	97.322	-	487.176
Totais	1.013.062	-	120.340	(250.313)	883.089

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na nota explicativa 23.

A segregação da composição da contados Direitos de Créditos Autônomos não rompidos, conforme prazo de realização está demonstrada abaixo:

CARTEIRA DE RECEBÍVEIS	
CLASSIFICAÇÃO	SALDO DEVEDOR
Vencidos mas não rompidos	10.977
Até 12 meses	230.947
De 12 a 24 meses	198.140
De 24 a 36 meses	194.001
De 36 a 48 meses	177.525
De 48 a 60 meses	155.605
Após 60 meses	306.630
Total do valor nominal atualizado	1.273.825
Direitos Creditórios Rompidos (1)	343.981
Efeito do Valor Justo no reconhecimento inicial (2)	(734.717)
Total	883.089

(1) Refere-se a créditos vencidos e não recebidos cuja inadimplência supera noventa dias, considerados rompidos pelas normas do parcelamento.

(2) Refere-se ao ajuste a valor justo no reconhecimento inicial, que teve como contrapartida o saldos Debêntures Subordinadas no passivo não circulante tendo em vista que estas foram emitidas, essencialmente, como mecanismo de retorno ao EMG dos excedentes financeiros oriundos do recebimento dos Direitos de Créditos Autônomos, após a amortização das Debêntures Seniores.

d. A Companhia possui créditos ajustados decorrentes de contrato de mútuo celebrado com a Góes Cohabita Participações Ltda. em março de 1989, por ocasião da alienação de participação acionária Banco Agrimisa S.A.. Em decorrência da execução judicial e da incerteza jurídica de sua realização, o Conselho de Administração da Companhia deliberou em 20 de junho de 2002 pela provisão da perda total do crédito, cenário este que permanece inalterado.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2013	31/12/2013
PIS / COPINS	4	4
Saldos negativos IRPJ/CSLL	1.459	1.459
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.878	5.308
Total	6.341	6.771

a. Pagamento a maior de imposto de renda e contribuição social nos exercícios de 2008 a 2012, devidamente atualizados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC conforme legislação vigente. O saldo remanescente será compensado à medida que novos impostos a recolher forem apurados.

b. A Companhia e sua subsidiária, registraram em 31 de dezembro de 2013, créditos de IRRF, decorrentes, principalmente, de aplicações financeiras.

9 Imóveis para Venda
O Conselho de Administração da MGI, deliberou em 27 de dezembro de 2013, o aumento de capital, no valor de R\$ 11.764, mediante incorporação de 165 imóveis, oriundos da privatização dos bancos BEMGE, CREDIREAL e da extinção da MINASCAIXA, de propriedade do acionista Estado de Minas Gerais. Esta operação, constituiu-se etapa inicial e ato preparatório de processo de capitalização de sua subsidiária, a ser efetivado mediante transferência desses ativos imobiliários.

	Controladora	Consolidado
Natureza	31/12/2013	31/12/2013
Cível	1.219	1.219
Tributária	583	583
Total	1.802	1.802

a. Depósitos judiciais para garantia de execução de operações de crédito (Créditos em Liquidação) e depósitos, arrestos e bloqueios judiciais ("penhoras on-line") sobre contas correntes e aplicações financeiras da Companhia para garantias de honorários de sucumbência;

b. O saldo em 31 de dezembro de 2013, refere-se a depósito judicial de natureza fiscal de Imposto sobre Operações Financeiras - IOF,

7 Contas a receber de clientes e outros créditos

	Controladora	Consolidado
	31/12/2013	31/12/2013
Circulante		
JCP/Dividendos a receber	2.904	30.533
Valores a receber de clientes	120	737
Créditos a recuperar	14	15
Direitos de Créditos Autônomos	395.913	395.913
Total	398.951	400.968

	Controladora	Consolidado
	31/12/2012	31/12/2012
Não Circulante		
Direitos de Créditos Autônomos	487.176	487.176
Créditos a receber - Góes Cohabita	5.105	5.105
Prov. para perdas de créditos a receber	(5.105)	(5.105)
Total	487.176	487.176

Total a receber de todos os créditos 886.127 1.044.347 883.223

a. Os dividendos e juros sobre o capital próprio a receber decorrem de investimentos da Companhia em participação acionária, classificada como disponível para venda, na Companhia Energética de Minas Gerais S.A. ("Cemig"). O prazo de recebimento não ultrapassava um exercício.

b. A Companhia possui como principal cliente o EMG por meio de contrato de prestação de serviços firmado junto à Secretaria de Estado de Fazenda ("SEF").

c. Direitos de Créditos Autônomos - Em 24 de julho de 2012 a Companhia firmou com o EMG contrato de cessão e aquisição de Direitos de Créditos Autônomos, tendo como intervenientes e anuentes o Itat Unibanco S/A, a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais e a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais, direitos estes livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios e preferências decorrentes da propriedade de referidos Direitos de Crédito Autônomos, observados os termos, condições e restrições estabelecidos neste Contrato de Cessão Onerosa e na Lei nº 19.266/10. Tais créditos são atualizados de acordo com as legislações e resoluções fiscais vigentes e correspondem a uma taxa entre Selic e 1% ao mês.

O valor nominal adquirido foi de R\$1.819.000, contudo, devido à natureza e à composição do total de créditos cedidos, no momento da transferência dos créditos à Companhia apurou um valor de R\$1.821.160 (R\$ 837.633, líquido do ajuste a valor justo - vide nota 23. m), sendo que a diferença de R\$2.160 foi objeto de ajuste entre o EMG e a Companhia, conforme o primeiro aditamento ao contrato de cessão. Esta diferença teve como contrapartida a rubrica de obrigações por repasse (vide nota explicativa 15).

Direitos de Créditos Autônomos foram ajustados em conformidade com as informações prestadas pela SEF na data base de 31 de dezembro de 2013 e dos resultados da análise do fluxo cedido sob um estresse do rompimento dos créditos e da volatilidade desse estresse, e contempla o reconhecimento inicial pelo valor justo conforme premissas definidas na nota 23.m.

As parcelas a receber estão classificadas em circulante e não circulante, conforme demonstrado a seguir:

relacionado a processo judicial no qual a Receita Federal do Brasil contesta o não recolhimento do tributo no valor de R\$583 em 31 de dezembro de 2012 e 2013. A Administração considera a possibilidade de perda como remota, razão pela qual não foi constituída nenhuma provisão. Os demais depósitos existentes em 31 de dezembro de 2012 foram efetuados para fazer face à eventual desfecho desfavorável na ação judicial impetrada em 28 de janeiro de 2009, questionando a não dedutibilidade da CSLL sobre a base de cálculo do IRPJ e da própria CSLL. Entretanto, o STF concluiu, na sessão do dia 09 de maio de 2013, a apreciação do Recursos Ordinário (RE) 582525, que versava sobre a dedução da CSLL na apuração da sua própria base de cálculo, bem como da base de cálculo do IRPJ, decidindo neste julgamento, negar provimento ao recurso. Como essa matéria teve repercussão geral reconhecida pelo STF, à decisão deste julgamento deverá ser aplicada em todos os processos semelhantes.

Em razão da decisão do STF, a partir de maio de 2013, a Companhia passou a apurar a CSLL e o IRPJ de acordo com a Lei nº 9.316/96, aplicada até a propositura da ação. Os valores recolhidos como depósitos judiciais foram transformados em pagamento definitivo da União.

	31/12/2012	31/12/2013
Cível	2.059	59
Tributária	2.548	112
Total	4.607	171

Contingências não provisionadas
Os principais processos da Companhia com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, são os relacionados abaixo, para os quais não há provisão contábil. A subsidiária não possui processos judiciais.

• Processo em trâmite contra a Companhia na 5ª Vara da Fazenda Estadual - Belo Horizonte cujo objeto é a anulação do contrato de compra e venda por meio do qual a Companhia transferiu à GóesCohabita Participações Ltda. ações representativas do controle do Banco Agrimisa S.A., além de contrato de mútuo celebrado em cobertura ao aporte de recursos efetuado pela Companhia ao Banco. Em caso de perda, o controle acionário do Banco Agrimisa, atualmente em liquidação extrajudicial, retornaria para a titularidade da Companhia, não havendo efeitos financeiros adversos além daqueles já contabilizados em nossas contas de provisão (veja nota 7. d). Esse processo está em trâmite desde 1990 e o valor atualizado da causa é de aproximadamente R\$ 21.487. Em conexão com esse processo existe também a discussão judicial sobre honorários de sucumbência estimados em R\$3.100. Valores atualizados pela taxa Selic até ade 31 de dezembro de 2013. Não efetuamos a provisão para perda desses saldos visto que a Companhia entende que o risco de perda é considerado possível.

11 Investimentos
A Companhia possui participação acionária na Helibrás correspondente a 12,45% do Capital Social e 25% do Capital votante. Essa participação encontra-se classificada como investimento em coligada em conformidade com CPC 18 e art. 243 da Lei 6.404/76 (redação dada pela Lei 11.941/09), uma vez que a Companhia detém 25% de ações ordinárias com direito a voto e possui representante no Conselho de Administração.

Em 16 de julho de 2013, a Companhia constituiu subsidiária integral denominada EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A., integrando o valor de R\$ 533.275, divididos em 615.039.667 (seiscentas e quinze milhões, trinta e nove mil e seiscentas e sessenta sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas pelo acionista controlador.

Mutação de investimento em coligada/controlada:

	Helibrás (i)	EMIP	TOTAL
Saldos controladora em 31 de dezembro de 2012	10.546	-	10.546
Participação no resultado abrangente da coligada	(9.721)	-	(9.721)
Equivalência patrimonial	(825)	12.228	11.403
Saldos controladora em 31 de dezembro de 2013	-	12.228	12.228

(i) Em função da redução do patrimônio líquido apurados pela coligada Helibrás, principalmente em função da variação do valor justo dos seus instrumentos financeiros, o valor do investimento desta coligada foi reduzido à zero. Não existem obrigações formalizadas e não formalizadas junto a esta coligada.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras da coligada/controlada:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2013	31/12/2012
Ativo circulante	882.167	423.166
Ativo não circulante	346.709	123.476
Total do Ativo	1.228.876	546.642
Passivo circulante	496.869	4.044
Passivo não circulante	798.372	282.795
Patrimônio líquido	(66.365)	542.598
Total do passivo e patrimônio líquido	1.228.876	546.642
Capital social	28.624	533.275
Reserva de lucros	404.162	373.920
Resultado do período/exercício	(7.547)	8.712
12 Outros investimentos		

	Controladora e Consolidado
	31/12/2013
Participações ao valor justo	182.524
Participações ao custo de aquisição	9.927
TOTAL	192.451

a. Participações ao valor justo
Os valores justos dos investimentos da Companhia em instrumentos patrimoniais representados por 12.617.458 ações preferenciais da Cemig em 31 de dezembro de 2013 (8.549.862 ações em dezembro de 2012, cujo o acréscimo se deve a bonificações em 2013) e 154.640 ações ordinárias da Copasa em 31 de dezembro de 2012e 2013 são apurados por referência aos seus preços de fechamento na data base das demonstrações financeiras, classificados no nível um - mercado ativo - preço cotado (veja nota 23.o).

Os investimentos em instrumentos patrimoniais apresentaram a seguinte movimentação:

	Saldo em 31/12/2012	Aquisições	Baixas	Depreciação	31/12/2013
Máquinas e equipamentos	12	-	-	(3)	9
Móveis e utensílios	35	-	-	(9)	26
Veículos	61	(16)	-	(3)	42
Computadores e periféricos	39	-	-	(19)	20
Total do imobilizado	147	3	(16)	(34)	130
Softwares	4	-	-	(4)	28
Total do intangível	4	28	-	(4)	28
TOTAL	151	31	(16)	(38)	128

14 Debêntures
Em 24 de Julho de 2012, a Companhia emitiu 181.900 debêntures da espécie subordinada - segunda emissão - no valor total de R\$1.819.000, com vencimento em dez anos, atualizadas por 85% da taxa DI, com a sua totalidade subscrita pela EMG, dívida emitida para aquisição dos Direitos de Créditos Autônomos cedidos a Companhia.

Conforme nota explicativa 1, em 30 de agosto de 2012, foram emitidas 31.600 debêntures simpleterceira emissão, no valor total de R\$ 316.000 não conversíveis em ações, remuneradas pela taxa DI + 3,25% a.a., com pagamento mensal dos juros e carência de seis meses para início das amortizações, estas a ocorrer a partir de 30 de março de 2013 em cinquenta e quatro parcelas mensais consecutivas, tendo como garantia real os Direitos de Créditos Autônomos. A integralização e subscricao ocorreram em 10 de setembro de 2012 pelo total de R\$ 316.777, sendo a diferença atribuída à correção pelos mesmos parâmetros de remuneração, desde a emissão até a data de integralização.

As amortizações e juros vencidos até o término do exercício seguinte estão classificados no passivo circulante e os demais no passivo não circulante, conforme demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/12/2012	Movimentação	Atualização	Amortização juros	Amortização	Saldo em 31/12/2013
Debêntures Subordinadas (i)						
Passivo circulante	244.968	51.274	98.348	(63.171)	(63.841)	267.578
Passivo não circulante	560.863	(51.274)	-	-	-	509.589
Sub-Total	805.831	-	98.348	(63.171)	(63.841)	777.167
Debêntures Seniores (ii)						
Passivo circulante (iii)	80.835	228.326	30.705	(30.799)	(80.626)	228.441
Passivo não circulante (iii)	228.326	(228.326)	-	-	-	-
Sub-Total	309.161	-	30.705	(30.799)	(80.626)	228.441
Passivo circulante	325.803	279.600	129.053	(93.970)	(144.467)	496.019
Passivo não circulante	789.189	(279.600)	-	-	-	509.589
TOTAL DE DEBÊNTURES	1.114.992	-	129.053	(93.970)	(144.467)	1.005.608

i. Em conformidade com a cláusula 4.6.3 da escritura das Debêntures Subordinadas, que estipula que a critério da emissora, poderá ocorrer a dação em pagamento de parte ou da totalidade do saldo dos créditos autônomos cedidos. Em 30 de setembro de 2017 a Companhia tem opção de utilizar como moeda de pagamento da segunda emissão (Cláusulas 4.6.2., 4.6.3., 4.9 e 4.13.2 da Escritura da Segunda Emissão de Debêntures (Subordinadas) os parcelamentos constantes da Carteira de Direitos Creditórios classificados como "Rompidos", cuja inadimplência supera noventa dias, de acordo com as informações prestadas pela SEF naquela data, ajustável mensalmente.

ii. Os custos operacionais para a captação dos recursos foram suportados pelas debêntures da terceira emissão, por ter sido a única a ser ofertada no mercado primário, originando a totalidade dos custos de caixa da operação.

Para a estimativa do Impacto dos Custos de transação no resultado do exercício e da Taxa Interna de Retorno (TIR), foram considerados os índices dos Depósitos Interbancários (DI)'s conhecidos até 31 de dezembro de 2013 e repetindo-se o último para as datas subsequentes. A TIR foi calculada sobre o fluxo de caixa mensal estimado, transformado em equivalência ao ano.

Impacto dos Custos de Transação nas DRE's	
Debêntures	Debêntures 3ª Emissão
Taxa Interna de Retorno (TIR a.a.)	12,49%
2012	1,247
2013	2,861
2014	1,960
2015	1,366
2016	703
2017	158
Total	8.295

A escritura pública da terceira Emissão de Debêntures Seniores contém cláusulas restritivas ("covenants"), consistindo no Índice de Cobertura ("IC") e no Índice de Garantia Real ("IGR"), ambos apurados pelo Agente Fiduciário da terceira Emissão. O primeiro é calculado mensalmente com base nos recebimentos dos Direitos de Créditos Autônomos cedidos e nas obrigações do período em análise, de modo que o seu resultado seja a cobertura das obrigações da terceira emissão de Debêntures (amortização e remuneração) pelos direitos de crédito em uma proporção equivalente ou superior a 1.8.

Já o segundo, também calculado mensalmente, consiste no somatório de direitos de créditos autônomos em proporção ao somatório das obrigações, ambos vencidos até 30 de agosto de 2017, data da última parcela de amortização e remuneração da terceira Emissão, de forma que atenda o equivalente ou superior a 200%.

A Companhia, acompanha o fluxo de realização, efetua o cálculo desses índices e, em 31 de dezembro de 2013, foram apresentados da seguinte forma:

	Governants - Índices de acompanhamento das garantias *	
Mês de Referência	IC	IGR
dez/13	2,16	328,74%

* Os índices IC e IGR são instrumentos do Agente Fiduciário da terceira emissão, sendo calculado por este com intuito de acompanhar o comportamento das garantias.

Durante o exercício de 2013, os índices de Cobertura e Garantia Real não foram atendidos, portanto, ocasionou "Evento de Avaliação", conforme escritura pública da terceira Emissão de Debêntures, cláusula 6.1. h.

Entretanto, a Companhia notificou em 02 de agosto de 2013 o Agente Fiduciário da ocorrência do evento de avaliação este, notificou, na mesma data, os Debenturistas, os quais têm até 3 dias úteis da data em que for notificado, para convocar a Assembleia Geral de Debenturistas, para que seja avaliado o grau de comprometimento da Emissão, devendo ao Agente Fiduciário interromper imediatamente todos os procedimentos de transferência de valores da Conta de Recebimento para a Conta de Livre Movimentação, nos termos previstos nos Contratos de Garantia.

iii. Em função de ainda não haver definição formal por parte de debenturistas, até 31 de dezembro de 2013, o saldo das debêntures seniores foi reclassificado para o passivo circulante.

	Cemig	Copasa	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	193.227	6.765	199.992
Variação no valor justo	(16.456)	(1.012)	(17.468)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	176.771	5.753	182.524

Os ganhos e perdas referentes à variação líquida dos ativos financeiros acima foram reconhecidos em outros resultados abrangentes e reconhecidos diretamente no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial).

Os investimentos em títulos patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, conforme nota explicativa 23.o.

b. Participações ao custo de aquisição
Os investimentos da Companhia, em instrumentos patrimoniais abaixo foram mensurados pelo valor de custo dada a inexistência de informações disponíveis e confiáveis sobre os valores justos dos ativos.

Esses investimentos estão representados por 45 ações preferenciais e 71.195 ações ordinárias de cada uma das Companhias listadas, exceto a Gerdau Aços Longos S.A. com 49 ações preferenciais e 77.370 ações ordinárias conforme abaixo:

CONTROLADORA E CONSOLIDADO

	31/12/2013			31/12/2012			
	Governo de Minas	Helibrás	Cemig	Governo de Minas	Helibrás	Cemig	Total
Ativos							
Circulante:	120	-	-	120	737	-	30.533 31.270
Contas a receber de clientes e outros créditos	120	-	-	120	737	-	30.533 31.270
Passivos							
Circulante	287.022	-	-	287.022	253.400	-	253.400
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações por Repasse	19.444	-	-	19.444	8.432	-	8.432
Debêntures 2ª emissão	267.578	-	-	267.578	244.968	-	244.968
Não Circulante	511.749	-	-	511.749	560.863	-	560.863
Debêntures 2ª emissão	509.589	-	-	509.589	560.863	-	560.863
Obrigações por Repasse	2.160	-	-	2.160	-	-	-
	31/12/2013			31/12/2012			
	Governo de Minas	Helibrás	Cemig	Governo de Minas	Helibrás	Cemig	Total
Receitas	3.088	(825)	17.560	19.823	4.441	(750)	16.916 20.607
Serviços Prestados	3.088	-	-	3.088	4.441	-	4.441
Participações Acionárias	-	-	17.560	17.560	-	16.916	16.916
Equivalência Patrimonial	-	(825)	-	(825)	-	(750)	(750)

Em decorrência do seu objetivo social, as transações evidenciadas acima são realizadas exclusivamente com partes relacionadas, seja através da prestação de serviços ao seu controlador (EMG), ou a manutenção de investimentos em empresas por ele controladas.

Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do conselho de administração e diretores estatutários, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia compreende:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Honorários e Encargos	967	786
Diretoria	715	556
Conselho de Administração	252	230
Não existem benefícios no curto nem no longo prazo ou remuneração baseada em ações.		

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$2.000.000, mediante a deliberação do Conselho de Administração. O capital social é de R\$ 1.577.018, deste valor, R\$ 831.684 é capital a integralizar e R\$ 563.812 efetuou reclassificação

	31/12/2012		31/12/2013	
	Quantidade de Ações	Percentual de Participação	Quantidade de Ações	Percentual de Participação
ACIONISTAS				
Estado Minas Gerais	146.174.871	99,8262	603.783.120	99,9579
BDMG	165.323	0,1129	165.323	0,0274
CEMIG	53.307	0,0364	53.307	0,0088
Ações em Tesouraria	35.860	0,0245	35.860	0,0059
TOTAIS	146.429.361	100,0000	604.037.610	100,0000

b. Reserva legal

A reserva legal foi constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76.

c. Retenção de Lucros

O saldo remanescente do lucro gerado no exercício de 2013 foi reclassificado para Reserva de Retenção de lucros conforme disposição da lei 11.638/2007, tendo a destinação determinada pela Assembleia Geral Ordinária.

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei.

	2013	2012
Lucro Líquido	37.814	47.111
Reserva Legal	(1.891)	(2.355)
Base de Cálculo para dividendos	35.923	44.756
Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)	8.981	11.189
Juros sobre Capital Próprio distribuídos	9.304	9.795
Dividendos Ordinários Distribuídos	14.000	15.202
Dividendos Extraordinários Distribuídos	-	11.150
Total Distribuídos	23.304	36.147

Os dividendos foram distribuídos antecipadamente conforme Ata nº 11/2013, de Reunião do Conselho de Administração da Companhia em 19/12/2013.

e. Juros sobre capital próprio

A Companhia tem como prática o cálculo mensal de juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício. A provisão de JCP para o exercício de 2013, somente ocorreu após a aprovação pelos acionistas, na Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 27/05/2013. A distribuição de juros sobre capital próprio, a serem imputados ao valor dos dividendos obrigatórios do presente exercício, observados limites previstos na Lei nº 9.249/95.

f. Lucros acumulados

Os lucros acumulados referem-se apenas ao lucro do período registrado no patrimônio líquido, e tem como contrapartida contas transitórias que serão encerradas quando da apuração do lucro do exercício.

g. Lucro líquido por ação básico

	Controladora		Consolidado
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013
Média da quantidade de ações no período (em milhares)	604.038	146.429	604.038
Resultado do período	37.814	47.111	37.814
Resultado por lote de mil ações (em R\$)	62,60	321,73	62,60

	Controladora		Consolidado
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013
Receitas de serviços	3.088	4.441	3.088
Receitas de recuperação de créditos	10.599	12.227	10.599
Receita de participação acionária	b 18.238	34.189	18.238
Receitas de atualização de créditos	a 120.339	53.654	120.339
Impostos sobre serviços (ISS)	(154)	(222)	(154)
PIS/COFINS	(1.730)	(3.068)	(1.730)
Receita	150.380	101.221	150.380

a. As receitas de atualização de créditos decorrem principalmente da atualização dos créditos autônomos cedidos, corrigidos de acordo com a legislação estadual e resoluções da SEF vigentes na celebração de cada contrato de parcelamento.

b. As receitas de participações acionárias estão representadas por dividendos e juros sobre o capital próprio decorrentes de outros investimentos em ações representativas do capital social das seguintes empresas:

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013
Cemig	17.560	33.961	17.560
Copasa	198	189	198
Gerdaud Açominas S.A.	479	16	479
Outras	1	23	1
	18.238	34.189	18.238

para obrigações por repasse (Convênios e PPP).

O Capital Social é representado por 604.037.610 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A Companhia poderá emitir ações ordinárias, dentro do limite do capital autorizado por deliberação do Conselho de Administração (CA). Aumentos do capital acima do capital autorizado são de competência de Assembleia Geral, mediante submissão das propostas de aumento de capital pelo Conselho de Administração. Tal procedimento também deverá ser adotado no caso de integralização em bens.

Nos aumentos de capital da Companhia, a critério da Assembleia Geral, poderá ser excluído o direito de preferência, ou reduzido o prazo para o seu exercício.

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais que detém 99,96% das ações da sociedade. A Companhia possui também 35.860 mil ações ordinárias de sua própria emissão em tesouraria correspondente a 0,01% os 0,03% remanescentes, são detidos pelos acionistas, BDMG, 0,02% e a CEMIG 0,01%.

A Companhia reclassificou o aumento de capital do Patrimônio Líquido para o Passivo não circulante, conforme demonstrado na nota 22 e conforme requerido pelo CPC 39.

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2012 e 2013 é a seguinte:

	31/12/2012		31/12/2013	
	Quantidade de Ações	Percentual de Participação	Quantidade de Ações	Percentual de Participação
ACIONISTAS				
Estado Minas Gerais	146.174.871	99,8262	603.783.120	99,9579
BDMG	165.323	0,1129	165.323	0,0274
CEMIG	53.307	0,0364	53.307	0,0088
Ações em Tesouraria	35.860	0,0245	35.860	0,0059
TOTAIS	146.429.361	100,0000	604.037.610	100,0000

20 Custos

	Controladora		Consolidado
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013
Pessoal	3.390	3.586	3.390
Obrigações por repasse	2.013	1.815	2.013
Serviços terceiros	665	948	665
Despesas judiciais	324	346	324
Juros sobre Debêntures	a 129.053	39.942	129.053
Amortização de custos de transação	2.861	1.247	2.861
Demais custos	286	186	286
	138.592	48.070	138.592

a. Os juros decorrem das atualizações das Debêntures Subordinadas (corrigidas de acordo com a Escritura da Segunda Emissão de Debêntures) e das Debêntures Seniores.

21 Receitas despesas financeiras

	Controladora		Consolidado
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013
Receitas Financeiras			
Receitas com aplicações financeiras	20.278	7.181	38.804
Receitas com títulos e valores mobiliários	1.918	3.096	1.918
Receitas de atualização de créditos	441	-	441
	22.637	10.277	41.163
Despesas Financeiras			
IOF	(222)	(184)	(227)
Outras despesas	(8)	(28)	(8)
	(230)	(212)	(235)

Resultado Financeiro Líquido

	22.407	10.065	40.928
--	---------------	---------------	---------------

22 Convênios

Em 08 de outubro de 2013, a Companhia recebeu do acionista controlador, Estado de Minas Gerais, autorização para promover aumento do capital social, no montante de R\$864.980, com recursos orçamentários originários de operações de crédito contratadas pelo Estado de Minas Gerais com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e com o Banco do Brasil, nos montantes de R\$ 730.677 e R\$134.303, respectivamente.

O objetivo dessa operação é promover, por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações, ações que visem o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

Do valor mencionado, o Estado de Minas Gerais integralizou, R\$33.296, sendo que R\$ 20.792 foram repassados aos municípios em parceria com as Secretarias de Estado responsáveis pelas políticas públicas setoriais e R\$ 10.000 ao DER/MG, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado	31/12/2013
Convênios		
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA		3.400
Sec. Est. Des. e Int. do Norte e Nordeste de MG - SEDVAN		1.925
Sec. Est. Desenvolvimento Regional, Política Urbana - SEDRU		3.336
Sec. Est. Defesa Social - SEDS		10.132
Sec. Est. Turismo de MG - SETUR		2.000
Departamento de Estradas e Rodagens de MG - DER/MG		10.000
		30.793

A Companhia reclassificou o aporte recebido do acionista do Patrimônio Líquido para Passivo não circulante, pois os recursos originados desta transação são exclusivos para repasses aos convênios, se tratando portanto de obrigação da Companhia, conforme requerido pelo CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação.

Para fins de apresentação, os saldos relacionados a essa transação estão apresentados líquidos nessa demonstração financeira, conforme CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, conforme apresentado abaixo:

	Controladora		
	2013	ajuste	divulgado
ATIVO			
Caixa e equivalentes de caixa	113.589	-	113.589
Títulos e valores mobiliários	125.104	(2.503)	122.601
Contas a rec. de clientes e outros cred.	398.951	-	398.951
Tributos a recuperar	6.341	-	6.341
Imóveis para venda	11.764	-	11.764
Outras contas	97	-	97
Total do ativo circulante	655.846	(2.503)	653.343
Títulos e valores mobiliários	7.347	-	7.347
Depósitos judiciais	1.802	-	1.802
Contas a rec. de clientes e outros cred.	517.969	(30.793)	487.176
Investimentos em coligada	12.082	-	12.082
Outros investimentos	192.451	-	192.451
Imobilizado	100	-	100
Intangível	28	-	28
Total do ativo não circulante	731.779	(30.793)	700.986
Total do ativo	1.387.625	(33.296)	1.354.329

	Consolidado		
	2013	ajuste	divulgado
ATIVO			
Caixa e equivalentes de caixa	113.589	-	113.589
Títulos e valores mobiliários	140.800	(2.503)	138.297
Contas a rec. de clientes e outros cred.	396.047	-	396.047
Tributos a recuperar	6.771	-	6.771
Imóveis para venda	11.764	-	11.764
Outras contas	97	-	97
Total do ativo circulante	669.068	(2.503)	666.565
Títulos e valores mobiliários	7.347	-	7.347
Depósitos judiciais	1.802	-	1.802
Contas a rec. de clientes e outros cred.	517.969	(30.793)	487.176
Investimentos em coligada	192.451	-	192.451
Outros investimentos	100	-	100
Imobilizado	28	-	28
Total do ativo não circulante	719.697	(30.793)	688.904
Total do ativo	1.388.765	(33.296)	1.355.469

23 Instrumentos financeiros
Gerenciamento de risco financeiro
a. Visão geral

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia e sua controlada. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações anuais.

b. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A assembleia de acionistas estabeleceu o Conselho Fiscal, o qual atua de acordo com a legislação.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de sua controlada. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia e sua controlada de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultante da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

As projeções de performance dos Direitos de Créditos Autônomos indicam conforto nos resultados financeiros frente as obrigações nas duas emissões de debêntures. Em 31 de dezembro 2013 decorreu-se dez meses de desempenho deste fluxo, o que, na amplitude de cento e vinte meses (dez anos), é um hiato pequeno para expressar os ajustes da curva projetada. Todavia a análise de risco da inadimplência compõe as premissas adotadas na projeção do fluxo para o cálculo do valor justo da operação, o que capta um nível de inadimplência esperado, o qual ainda poderá ser adotado como moeda de pagamento das debêntures subordinadas.

d. Exposição a riscos de crédito

A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada crédito.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito, conforme abaixo (2013 e 2012):

	Controladora		Consolidado	
	nota	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013
Aplicações Financeiras - caixa e equivalente				
caixa	5	113.586	79.916	113.586

(reduções em milhares de reais)

Cenário Cenário Cenário
Risco I II III

Impacto no Saldo Líquido	Redução do CDI	-	(3.209)	(6.419)
--------------------------------	----------------	---	---------	---------

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI (% a.a.)*	10,25	7,69	5,13

* A curva de DI-PRE reflete a expectativa do mercado quanto ao comportamento futuro das taxas DI e tem característica não linear, ou seja, suas variações são de forma não uniforme ao longo do tempo, portanto, os valores indicados do CDI nos cenários indicam a taxa inicial da curva, dada a deteriorização dos cenários.

Os valores justos, demonstrados nos quadros acima, partem de uma posição da carteira em 31 de Dezembro de 2013, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia e sua controlada.

i. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia e sua controlada não contabilizam nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data desse relatório não alteraria o resultado.

j. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável

A Companhia possui investimentos em instrumentos patrimoniais da Cemig e Copasa que, por estarem listados na Bolsa de Valores de São Paulo, estão classificados no nível 1 da hierarquia pelo valor justo. Para os investimentos na Cemig, cada ponto percentual de variação no valor da ação representa uma alteração proporcional de 0,14% do Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2013, enquanto que para os investimentos na Copasa, a mesma variação alteraria o Patrimônio Líquido em apenas 0,004%.

k. Gestão de capital

O objetivo da administração é manter uma sólida base de capital

para manter a confiança do mercado e credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa são aplicados somente em bancos de primeira linha, em fundos conservadores de liquidez imediata, geralmente atrelados a títulos públicos federais.

l. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e de sua controlada.

O objetivo da Companhia e de sua controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custosas para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;

m. Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Mantidos até o vencimento	129.948	129.948	1.118.309	1.118.309
Títulos e valores mobiliários no Ativo circulante e não circulante	129.948	129.948	105.247	105.247
Empréstimos e recebíveis	1.913.636	1.868.180	2.168.157	2.168.157
Contas a receber de clientes (exceto direito de créditos)	3.038	3.038	31.285	31.285
Direitos de Créditos Autônomos	883.089	837.633	1.013.062	1.013.062
Fornecedores	297	297	386	386
Obrigações por repasse	21.604	21.604	8.432	8.432
Debêntures	1.005.608	1.005.608	1.114.992	1.114.992
			145.644	145.644
			1.910.732	1.865.276

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

• **Títulos e valores mobiliários** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação de índices de mercado pré-determinados quando da contratação (IGPM e CDI).

• **Empréstimos, recebíveis e outros créditos** - Empréstimos, recebíveis e outros créditos são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• **Obrigações por repasse** - As obrigações por repasse decorrem de recursos financeiros de terceiros recebidos e pendentes de repasse. Seu valor justo aproxima-se ao valor contábil em função de seu reduzido prazo de vencimento. Para certas obrigações cujo vencimento ocorrerá em longo prazo, a remuneração sobre esses passivos é paga mensalmente pela Companhia e, portanto, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

n. Taxas de juros utilizadas para determinar o valor justo no reconhecimento inicial

Conforme nota explicativa 1, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do EMG a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários. Os créditos foram reconhecidos pelo valor justo no reconhecimento inicial no montante de R\$ 1.013.062.

O valor justo dos créditos foi calculado usando fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustada ao risco com base na média ponderada das faixas de probabilidade do Grupo de resultados possíveis. *Inputs* e premissas essenciais utilizados no modelo em 24 de julho de 2012 incluem o seguinte:

• taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa foi baseada na taxa de juros livre de risco para títulos de 10 anos emitidos pelo Tesouro, ajustada para um prêmio de risco para refletir os riscos relacionados a uma carteira de créditos, o risco sistemático da carteira e o risco de inadimplência, considerando que este não foi refletido nos fluxos de caixa.

• Os efeitos favoráveis e desfavoráveis do uso de premissas alternativas razoavelmente possíveis foi calculado pelo ajuste aos valores-modelo usando estimativas alternativas de fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustada ao risco que poderia razoavelmente ter sido considerada por um participante de mercado para efeitos de precificação dos instrumentos no final do período de relatório.

• As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, baseadas na curva de rendimento de títulos do governo no final do período de relatório, mais uma margem de crédito definida em 3,92% que reflete uma volatilidade de um modelo.

Avaliação de inputs

O nível na hierarquia de valor justo dentro do qual uma mensuração de valor justo é classificada em sua totalidade deve ser determina-

da na base do *input* de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. A operação de emissão descrita, em seu momento inicial foi mensurada ao valor de mercado e possui no método para aplicação de técnica de mensuração *inputs* não observáveis em mercado, sendo estes ajustados de forma particular em detrimento das características e perfil de risco associadas à operação, sendo esta mensuração de Nível 3.

Análise de sensibilidade - Taxa de juros

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros descontados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 24 de julho de 2012, apurando-se o impacto no reconhecimento inicial no período de 1 ano. Foi feita uma avaliação para a mensuração do valor justo, se a troca de um ou mais *inputs* por alternativas razoavelmente possíveis mudasse o valor justosignificativamente conforme segue:

	Reconhecimento inicial
Taxa de desconto 3,92%	1.086.443
Taxa de desconto (25%) 4,90%	1.059.411
Taxa de desconto (50%) 5,88%	1.033.742

Premissas adotadas na análise de sensibilidade:

A inadimplência histórica é refletida no fluxo e sendo este um dos componentes da avaliação da taxa de desconto. Para a avaliação de impacto para a variável não observada, foi construída uma taxa esperada para retorno de mercado. Na simulação foi considerado um fator de inadimplência que responde por até 3,57% (BNDES), desta forma existiria um range de 10,92% - 14,88% dentro do retorno aplicado no modelo.

o. Hierarquia pelo valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de certos ativos financeiros. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

(i) Nível 1 - Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

(ii) Nível 2 - Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

(iii) Nível 3 - Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

Valor justo em 31 de dezembro de 2013

	Saldo em 31/12/2013	Mercado Ativo - Preço cotado (Nível 1)	Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (Nível 2)	Sem mercado ativo - Título patrimonial (Nível 3)
Ativos financeiros disponíveis para venda - Cemig e Copasa				
nota 12.a	182.524	182.524	-	-
Demais investimentos nota 12.b ..	9.927	-	-	9.927

A nota explicativa 12.a apresenta a reconciliação dos saldos iniciais e finais dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo no nível da hierarquia do valor justo, cujos registros foram efetuados em outros resultados abrangentes.

As Companhias Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais, Gerdau Comercial de Aços e Gerdau América do Sul Participações não são empresas listadas em bolsa de valores e consequentemente o preço de mercado de sua ação não está disponível. Dessa forma, esses investimentos em instrumen-

tos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo, pois seu valor justo não pode ser prontamente determinado de forma confiável.

24 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros contra danos materiais eracomposto por R\$1.078 para a Companhia."

25 Transações que não envolvem Caixa ou Equivalente de Caixa
Durante os exercícios de 2012 e 2013, a Companhia e sua subsidiária realizaram as seguintes atividades de investimento não envol-

vendo caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora/Consolidado	
	2012	2013
Valor justo das Debêntures Subordinadas	1.086.443	-
Aumento de capital com Reserva de Lucro ..	-	19.758

26 Avaliação dos Impactos da Medida Provisória nº 627

A Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

A Administração está avaliando se irá optar pela aplicação antecipada das disposições da MP no exercício de 2014, que pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio. Com base na análise inicial efetuada pela Administração, concluímos que não há distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2013. Dessa forma, a Administração avalia que não haverá encargos tributários incrementais em relação à distribuição de lucros em relação aos últimos cinco anos.

27 Eventos Subsequentes

1. Durante o exercício de 2013, a Companhia descumpru o Índice de Cobertura (IC) em 3 Datas de Verificação não consecutivas (01/08 e 01/11/2013 e 02/01/2014), dentro de um período de 12 meses consecutivos, conforme mencionado na nota explicativa 14.

Em 20 de fevereiro de 2014, a Companhia convocou Assembléa Geral de Debenturistas da 3ª Emissão de Debêntures Simples, não convertíveis em ações, no qual foi deliberado:

• aceitar a proposta da emissora de amortização extraordinária das debêntures em circulação de R\$31.600, a ser realizada em 26 de fevereiro de 2014 com o devido reflexo no Cronograma de Amortização;

• conceder perdão (waiver) em relação a 2 (dois) desenquadramentos dos índices de cobertura, referentes às datas de verificação de 01/08/2013 e 01/11/2013, sendo certo que resta desenquadrado, para fins de verificação da cláusula 6.1 (g) da Escritura de Emissão, o índice de cobertura apurado na Data de Verificação de 02/01/2014.

2. Em 28 de fevereiro de 2014 o Conselho de Administração deliberou pela alteração do artigo 6º do Estatuto Social, de elevação do capital autorizado da Companhia dos atuais R\$2.000.000 (ver nota 18.a) para R\$3.000.000, como proposto pela assembleia geral de acionistas da Companhia.

Na mesma data, o acionista controlador, Estado de Minas Gerais, aprovou aumento de capital social da Companhia por meio da transferência de ações preferenciais, de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, totalizando 65.965.387 ações, avaliadas a preço de mercado em R\$ 13,20 cada, resultando em um montante de R\$870.743. O aumento se dará sem emissão de ações novas, mantendo-se o número de ações em que se divide o capital em 604.037.610, ações ordinárias, sem valor nominal. As ações transferidas para a MGI servirão de lastro para a promoção de programas de desenvolvimento socioeconômico do Estado de Minas Gerais na forma de seu Estatuto.

O acionista Estado de Minas Gerais integralizou em janeiro e fevereiro de 2014 R\$777.015 (ver notas 18.a e 22), originários das operações de crédito contratadas pelo Estado junto ao BNDES (R\$706.445) e ao BB (R\$70.570). Os recursos estão sendo utilizados para pagamentos de convênios, vinculados às políticas públicas do Governo Estadual.

Conselho de Administração

Leonardo Maurício Colombini Lima - Presidente
Fernando Viana Cabral - Vice-presidente
Antônio Jorge de Souza Marques - Membro
Perácio Alves Salva - Membro
José Orlando Silva e Santos - Membro
Sady da Cunha Pereira - Membro
Eduardo Antonio Codo Santos - Membro

Diretoria Executiva

Olimpio do Carmo Fernandes Júnior - Diretor Presidente
Leandro Ramon Campos Guzmán - Diretor Vice-Presidente
Fernando Antônio dos Anjos Viana - Diretor de Relações com Investidores
Marlos Florêncio Fernandes - Diretor Administrativo
Daniel Rodrigues Nogueira - Diretor de Suporte ao Desenvolvimento Estadual

Contador responsável

Flavio Augusto Sampaio Menezes - CRC/MG 68.072/O-9

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração para fins do Artigo 25, § 1º, VI da Instrução CVM 480/09.

Declaramos, na qualidade de diretores da MGI - Minas Gerais Participações S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Contábeis para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Belo Horizonte, 04 de abril de 2014.

A Diretoria

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da MGI - Minas Gerais Participações S.A., no uso de suas atribuições estatutárias, e em reunião realizada nesta data, conheceu o Relatório Anual da Administração sobre as atividades sociais e os principais fatos administrativos do exercício, examinou as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, complementadas por Notas Explicativas. Considerando, ainda, o Parecer da KPMG Auditores Independentes, de 04 de abril de 2014, entendemos que elas representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Empresa, e opinamos favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas. Opina, ainda, este Conselho, favoravelmente à aprovação da proposta a ser encaminhada à Assembleia Geral dos Acionistas relativa à distribuição do lucro líquido do exercício.

Belo Horizonte, 04 de abril de 2014.

Hugo Márcio Lenhos Teixeira
João Antonio de Souza
Maria Lioni de Oliveira
Paulo Roberto Menicucci
Pedro Meneguetti

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MGI - Minas Gerais Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MGI - Minas Gerais Participações S.A em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da MGI - Minas Gerais Participações S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2(a), às demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da MGI - Minas Gerais Participações S.A., essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a Nota 20(n) às demonstrações financeiras que descreve que o reconhecimento e mensuração inicial dos Direitos de Créditos Autônomos no valor de R\$1.086.443 mil em 24 de julho de 2012 foram efetuados considerando o valor justo estimado de acordo com os critérios descritos e conforme requerido pelo CPC 38. O valor justo estimado poderia ser diferente caso existisse um mercado de negociação ativo para tais instrumentos financeiros.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 04 de Abril de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 25P014428/O-6-F-MG
Antonio de Pádua Soares Pelicarp
Contador CRC MG 027739/O-3

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaração para fins do Artigo 25, § 1º, VI da Instrução CVM 480/09.

Declaramos, na qualidade de diretores da MGI - Minas Gerais Participações S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Belo Horizonte, 04 de abril de 2014.

A Diretoria